

**A educação patrimonial e os métodos de ensino  
na mesorregião do norte de Minas Gerais:  
os casos de Montes Claros e Mato Verde/MG**

**Heritage education and teaching methods in the northern  
mesoregion of Minas Gerais:  
the cases of Montes Claros and Mato Verde/MG**

**La educación patrimonial y los métodos de enseñanza  
en la mesorregión norte de Minas Gerais:  
los casos de Montes Claros y Mato Verde/MG**

**Brenda Melo Bernardes**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG – Brasil

**Alessandro Borsagli**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), Belo Horizonte/MG – Brasil

**Amaro Sérgio Marques**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro/RJ – Brasil

**Graziela Crispim Marçal**

Faculdades Santo Agostinho, Montes Claros/MG – Brasil

## **Resumo**

O presente trabalho investiga a aplicação da educação patrimonial em instituições de ensino, com destaque para a produção de cartilhas, mapas mentais e murais de exposição por estudantes, enquanto meio de difusão da importância patrimonial dos bens culturais em espaços coletivos. A partir dessa abordagem são analisadas as metodologias de ensino para conhecimento e a valorização acerca do patrimônio e da formação da cidade de Mato Verde e de Montes Claros, que concentram expressivo patrimônio cultural, integrando a mesorregião do norte de Minas Gerais. Nesse sentido, define-se como objetivo geral deste artigo compreender a importância das ações educativas para a preservação da memória coletiva vinculada aos bens culturais, tendo como contexto as práticas conduzidas em duas instituições de ensino do norte de Minas Gerais. Utiliza-se como metodologia de pesquisa, além do levantamento de campo, a análise dos conceitos tratados por Grunberg e pelo Iphan relativos ao patrimônio, educação patrimonial e paisagem. Como resultado da pesquisa, ressalta-se que as experiências didáticas são fundamentais para fortalecer a importância da educação patrimonial como aliado na salvaguarda dos bens materiais e imateriais. Além disso, essas experiências incentivam o envolvimento das comunidades locais com o patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** patrimônio, educação patrimonial, paisagem urbana, Mato Verde, Montes Claros.

## **Abstract**

The present work investigates the application of heritage education in educational institutions. It emphasizes the production of booklets, mind maps, and exhibition walls by students as a means of disseminating the heritage importance of cultural assets in collective spaces. From this approach, we analyze teaching

methodologies for knowledge and appreciation of the heritage and formation of the cities of Mato Verde and Montes Claros. These cities concentrate significant cultural heritage integrating the mesoregion of northern Minas Gerais. In this sense, this article aims to understand the importance of educational actions for safeguarding collective memory linked to cultural assets. We take the practices conducted in two educational institutions in the north of Minas Gerais. The research methodology, in addition to the field survey, is the analysis of the concepts discussed by Grunberg and Iphan on heritage, heritage education, and landscape. As a result of the research, it is highlighted that didactic experiences are fundamental to strengthening the importance of heritage education as an ally in safeguarding material and immaterial assets. Furthermore, these experiences encourage the involvement of local communities with cultural heritage

**Keywords:** heritage, heritage education, urban landscape, Mato Verde, Montes Claros.

### **Resumen**

El presente trabajo investiga la aplicación de la educación patrimonial en instituciones educativas, con énfasis en la producción de folletos, mapas mentales y muros expositivos por parte de los estudiantes como medio para difundir la importancia patrimonial de los bienes culturales en espacios colectivos. Desde este enfoque, se analizan metodologías de enseñanza para el conocimiento y valoración del patrimonio y la formación de las ciudades de Mato Verde y Montes Claros, que concentran importante patrimonio cultural integrando la mesorregión del Norte de Minas Gerais. En este sentido, el objetivo general de este artículo es comprender la importancia de las acciones educativas para la preservación de la memoria colectiva vinculada a los bienes culturales, tomando como contexto las prácticas realizadas en dos instituciones educativas del Norte de Minas Gerais. Como metodología de investigación, además del levantamiento de campo, se utiliza el análisis de los conceptos discutidos por Grunberg e Iphan relacionados con patrimonio, educación patrimonial y paisaje. Como resultado de la investigación, se destaca que las experiencias didácticas son fundamentales para fortalecer la importancia de la educación patrimonial como aliada en la salvaguardia de los bienes materiales e inmateriales. Además, estas experiencias fomentan la implicación de las comunidades locales con el patrimonio cultural.

**Palabras clave:** patrimonio, educación patrimonial, paisaje urbano, Mato Verde, Montes Claros.

## **1 Introdução**

O trabalho se apresenta como fruto da experiência dos autores na área de educação patrimonial. O foco está no ensino de geografia para estudantes de educação básica, de uma escola estadual situada no município de Mato

Verde/MG. Enfatizam-se também as disciplinas história da cidade, introdução ao urbanismo e técnicas retrospectivas, para estudantes do ensino superior em Montes Claros/MG, no curso de graduação em arquitetura e urbanismo de uma faculdade situada em Montes Claros – Minas Gerais.

A mesorregião do norte de Minas possui uma diversidade quanto aos aspectos do patrimônio material e imaterial. Nessa medida, podemos apontar desde os elementos artísticos e arquitetônicos - representados principalmente por igrejas do século XVII, sobrados e residências e outros conjuntos urbanos significativos do período colonial ao ecletismo. Há também residências mais singelas, construídas no século XIX (como, por exemplo, o conjunto da área central de Mato Verde), ou mesmo os sobrados mais sofisticados de Montes Claros, construídos no mesmo século - como a sede do Museu Regional do Norte de Minas, Solar do Sertão, entre outros.

Já em consideração ao patrimônio imaterial, ganham ênfase as Festas de Agosto e a Festa do Pequi (em Montes Claros), as Folias de Reis, as Festas Juninas, outras festas de santos católicos e diversas romarias, como a de Santo Antônio das Araras e a de Bom Jesus da Lapa – essa situada no estado da Bahia.

Ainda, é importante destacar a presença de diversos povos tradicionais, como os quilombolas, geraizeiros – como são conhecidos os moradores da zona rural no norte de Minas Gerais, ribeirinhos, indígenas, entre outros, que procuram, de alguma forma, manter viva sua cultura e suas tradições. Geralmente centradas numa relação intensa com o território, esses povos valorizam as narrativas do lugar, a ancestralidade, as técnicas tradicionais, a oralidade e a religiosidade.

Apesar dos aspectos elencados, boa parte do patrimônio cultural dessa região ainda não foi inventariado, o que resulta da falta de recursos e atenção dos órgãos públicos para sua conservação e proteção. Talvez, pela ausência de conselhos de Patrimônio Cultural ou mesmo de uma política perene de educação patrimonial (ainda restrita a poucos municípios), essa região vem sofrendo com a destruição de parte de seu patrimônio cultural.

Nessa medida, podemos apontar o crescimento urbano de algumas cidades e, em outros momentos, a estagnação econômica e a falta de recursos dos proprietários ou mesmo do poder público para esse fim.

Desse modo, torna-se emergente a necessidade de adoção de estratégias de educação patrimonial, ainda que de maneira informal, para que tais bens culturais sejam mais preservados pela população norte mineira, bem como para continuidade das tradições por gerações futuras, tratando-se, principalmente, do patrimônio imaterial.

Assim, define-se como objetivo geral deste artigo compreender e visibilizar a importância das ações educativas para a preservação da memória coletiva vinculada aos bens culturais, tendo como contexto as práticas conduzidas em duas instituições de ensino do norte de Minas Gerais.

Sobre os métodos de pesquisa, recorre-se a base qualitativa e consulta a teses, dissertações e artigos que abordam aspectos da educação patrimonial, bem como métodos de ensino no contexto da mesorregião do norte de Minas Gerais.

Em relação ao recorte territorial, optou-se pela análise do município de Montes Claros, que se caracteriza como polo regional<sup>1</sup>, em função da forte dependência que exerce nos demais municípios que integram a rede urbana da mesorregião para suprir necessidades imediatas, como serviços de saúde e educação, comércio, emprego e prestação de serviços públicos (Pereira, 2007). Além disso, esse município concentra grande parte do patrimônio artístico e arquitetônico da região norte do estado e ainda abriga diversos povos tradicionais, que também possuem um expressivo patrimônio cultural.

Escolheu-se também o município de Mato Verde, pelo fato de ter sido local de trabalho de um dos autores, além de estar situada em uma região que concentra comunidades rurais e povos tradicionais.

A estrutura do artigo será dividida em três seções. Na primeira, será abordado o conceito de patrimônio cultural; na segunda, será analisada a

---

<sup>1</sup> As cidades estabelecem entre si uma hierarquia, que, segundo Santos (1959) é decorrente da importância assumida pelos diversos núcleos reconhecidos como centralidades. Define-se como centralidade “[...] o espaço organizado em torno de um núcleo urbano principal denominado lugar central e a região complementar, ou entorno, que possui uma relação de codependência com o núcleo principal, por ser este o *locus* ofertante de bens e serviços, por natureza, urbanos” (Mendes, 2009, p. 69). Essas cidades, reconhecidas como centralidades, configuram “nós” de articulação de suas regiões de influência.

importância da educação patrimonial na mesorregião do norte de Minas; e, por fim, a terceira seção consistirá na análise de experiências didáticas de educação patrimonial conduzidas em Montes Claros/MG e Mato Verde/MG.

Tais experiências didáticas envolvem visitas de campo que possibilitam o conhecimento de bens culturais relevantes das cidades em questão por estudantes e contribuem para formulação de uma crítica sobre a importância da conservação e difusão da importância desses bens por meio da educação patrimonial. Assim, é fundamental entender o conceito de patrimônio cultural e as categorias que o abrangem para compreender as atividades aplicadas no ensino.

## **2 O conceito de patrimônio cultural**

O termo patrimônio remete a palavra latina *patrimonium*, que apresenta seu significado ou etimologia vinculado a expressão “herança paterna” (Pelegri, 2006, p.116). Assim, o significado dessa palavra se relaciona aos bens que eram transmitidos de geração para geração, enquanto legado ou herança dos antepassados.

De acordo com Choay (2014), o conceito de patrimônio histórico abrange uma diversidade de objetos oriundos de diversas categorias, que constituem as camadas do passado e que representam o interesse coletivo dentro de uma sociedade.

Tratando-se da ampliação do conhecimento e categorias de bens reconhecidos como de interesse patrimonial no âmbito internacional, a realização de convenções, promulgação de cartas patrimoniais representaram um progresso significativo. Esse avanço ajudou o reconhecimento da importância não apenas de bens isolados de relevância cultural, como também da necessidade de definição de manchas maiores de proteção para conservação de ambiências e paisagens.

Vale enfatizar que esses conceitos acerca do patrimônio, que foram debatidos no contexto internacional, têm repercussão no cenário brasileiro. Dessa forma, a política patrimonial nacional foi inaugurada com a instituição do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1937,

inicialmente, focada no processo de tombamento de edificações de valor excepcional, vinculadas a história oficial do país.

Ao longo das décadas, ganhou amplitude, com o reconhecimento de edificações mais singelas, representativas de diferentes grupos da sociedade brasileira, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Assim, o reconhecimento de bens vinculados a diferentes grupos sociais como povos indígenas, imigrantes e afrodescendentes, além daqueles oriundos da cultura popular, ganham relevância enquanto formadores do legado cultural nacional (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, é relevante destacar também a ampliação do conceito de patrimônio cultural, antes limitado aos bens materiais, com o reconhecimento dos bens imateriais ou intangíveis como formadores desse importante legado, que inclui tradições, saberes, modos de fazer, celebrações que devem ser transmitidas de geração para geração e, portanto, também são de interesse coletivo (Brasil, 1988). Tais ações são fundamentais para formação e fortalecimento identitário de diferentes povos, estreitando a relação dos indivíduos com a sua cultura.

Dentre os desafios que caracterizam as ações contemporâneas no campo do patrimônio, vale destacar a necessidade de se pensarem estratégias que possibilitem maior usufruto dos bens patrimoniais pela sociedade. Tais desafios perpassam por iniciativas de aproximação entre gestores locais e grupos sociais representantes desse legado cultural, pelo incentivo a usos culturais e sua integração à vivência cotidiana e pelo estímulo à educação patrimonial (Porta, 2012).

No Brasil, a educação patrimonial se desenvolve em diversas esferas de atuação. No âmbito nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desempenha um papel significativo nas atividades educacionais voltadas à temática patrimonial, especialmente, por meio dos inventários participativos, oferecendo apoio às escolas na organização e condução dessas iniciativas (Florêncio *et al*, 2014).

Em nível estadual, Pereira (2017) ressalta que a atuação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) se destaca por sua abordagem integrada, promovendo conferências públicas de cultura, palestras e oficinas. Essas iniciativas envolvem os municípios, por meio

de suas secretarias de Cultura e/ou Educação, centros culturais e escolas, incentivando a participação ativa da comunidade local.

Ainda nesse sentido, é importante destacar que a educação patrimonial ocorre tanto em processos formais quanto informais. No contexto formal, os princípios de educação patrimonial são frequentemente aplicados em instituições como museus e centros culturais, muitas vezes, por meio de parcerias entre prefeituras e empresas privadas (Solé; Peixoto, 2020). Por outro lado, no âmbito informal, as próprias comunidades podem se envolver em iniciativas voltadas à preservação e valorização do patrimônio cultural (Florêncio *et al.*, 2014).

Assim, a interação entre esses diferentes processos participativos de educação patrimonial fortalece a cultura local e confere legitimidade às ações realizadas, engajando ativamente as pessoas nas regiões onde esses bens estão situados.

Tratando-se especificamente da educação patrimonial, a participação ativa da comunidade é fundamental para a legitimação dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, possibilitando a valorização da identidade cultural e memória coletiva. Assim, reconhecer e compreender a importância de conservação das camadas do passado, das tradições, dos valores e crenças existentes formadores da identidade de grupos sociais, são fundamentais para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis com as questões culturais e, conseqüentemente, mais engajados em transmitir esse legado para as gerações futuras.

Posto isso, cabe entender como as abordagens metodológicas e pedagógicas têm sido conduzidas no ensino de educação patrimonial nas instituições de ensino. Como dialogam com os interesses dos órgãos de preservação para assegurar a disseminação da importância do patrimônio cultural entre as gerações futuras, alinhado com os princípios e normas voltadas a conservação do patrimônio cultural.

Para tanto, é definido como recorte, para estudo da aplicabilidade dos princípios de educação patrimonial por meio das abordagens metodológicas, as cidades de Montes Claros e Mato Verde, situadas na mesorregião do norte de Minas/MG, visto que apresentam peculiaridades em relação ao processo histórico de ocupação e constituição de referências culturais.

Para essa análise, será atribuída ênfase ao entorno do município de Montes Claros - por ser um polo regional - e ao município de Mato Verde - por estar no contexto das comunidades tradicionais do vale do Gortuba.

É importante destacar que, de acordo com o Censo do IBGE de 2022, existem cerca de 1021 comunidades quilombolas em todo o estado de Minas Gerais. É o terceiro estado com maior número de comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares.

O norte de Minas Gerais é reconhecido pela grande concentração de comunidades quilombolas, distribuídas, principalmente, na zona rural. Em Montes Claros, existe uma comunidade remanescente de quilombo, chamada Quilombo Monte Alto, reconhecida pela Fundação Palmares. Já em Mato Verde e em seu entorno (como no município de Pai Pedro), existem em torno de 23 comunidades (Cedefes, 2021)<sup>2</sup>.

### **3 A importância da educação patrimonial na mesorregião do norte de Minas**

A mesorregião do norte de Minas Gerais (Figura 1) é constituída por cerca de 89 municípios e possui extensão territorial de 128.602Km<sup>2</sup>. Em termos comparativos, ela é a que possui maior extensão territorial, quando comparada às demais situadas em Minas Gerais.

Nesse contexto, ganha destaque também à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com extensão territorial estimada de 90.545,534Km<sup>2</sup>. Contudo, a mesorregião do norte de Minas Gerais apresenta densidade populacional menor – 13,1 habitantes por km<sup>2</sup> - em comparação com outras mesorregiões mais urbanizadas de Minas Gerais, como a região metropolitana de Belo Horizonte, com densidade populacional de 166,6 habitantes por km<sup>2</sup> (Guiagerais, 2024).

Tais características influenciam as dinâmicas social e econômica da mesorregião do norte de Minas, com destaque para maior demanda de políticas públicas que atendam a suas especificidades, em vista da ocupação esparsa

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre a relação completa com o número de comunidades quilombolas em Minas Gerais, veja o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - Cedefes.

dos municípios na mesorregião e maior dependência de Montes Claros para suprir serviços essenciais.

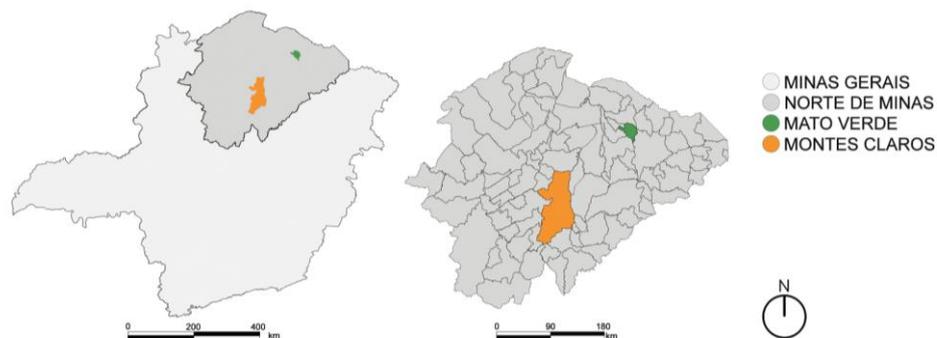


Figura 1 - Mesorregião do norte de Minas e os municípios Montes Claros e Mato Verde/MG

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Sobre o histórico de desenvolvimento da região, a ocupação da porção norte do Estado ocorreu, primeiramente, pelo avanço da criação de gado, percorrendo as planícies inundáveis do rio São Francisco. Posteriormente, já no século XX, com o início do processo de industrialização centralizado em alguns polos da região, com destaque para o município de Montes Claros (Pereira, 2006).

Apesar da grande extensão territorial e de uma diversidade cultural significativa, o norte de Minas ainda possui pouca representatividade com relação aos bens culturais tombados ou com algum nível de proteção pelos órgãos de proteção patrimonial (Iepha, 2014).

Corroborando isso o fato de que, apenas no ano de 2008, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) ter criado a Gerência de Patrimônio Imaterial. Em tese, ela seria a principal responsável por inventariar a produção de todo o estado - mesmo lidando com a escassez de recursos humanos e financeiros no serviço público, o que tornaria essa tarefa algo difícil de se realizar (Eugênio; França, 2019).

Essas limitações em relação às políticas de proteção patrimonial também têm contribuído para o apagamento das culturas dos povos originários e dos africanos que vieram escravizados para o Brasil, durante o período de colonização, associado à valorização da cultura europeia como modelo hegemônico a ser seguido (Nascimento; Gá, 2022).

Ao elencar o que deveria ser efetivamente preservado como obra exemplar, as políticas de preservação do patrimônio material e imaterial

brasileiros negligenciaram, por muitos anos, a produção cultural dos povos tradicionais - como os povos originários (indígenas), quilombolas e ribeirinhos.

É importante ressaltar que, na mesorregião do norte de Minas Gerais, está concentrada grande parte dos povos tradicionais do estado. Pode-se destacar, especialmente, as comunidades quilombolas, presentes em diversos municípios como Janaúba (no vale do Gurutuba), Pai Pedro, Varzelândia, São João da Ponte, São Francisco<sup>3</sup>, Januária e Manga, entre outros.

Vale enfatizar que as comunidades quilombolas possuem uma vasta produção cultural, material e imaterial. Pode-se citar, em linhas gerais, as técnicas construtivas vernaculares em terra, como o uso da taipa de mão, adobe e pau-a-pique - tecnologia ancestral que ainda é preservada nessa região, principalmente, nas comunidades rurais.

Ainda merece menção as construções autônomas em madeira, com destaque para o uso de madeira retirada nas matas para aplicação na construção civil, construção de embarcações, utensílios domésticos como o pilão, passando pelo artesanato em cerâmica na produção de vasos, potes e outros objetos decorativos.

Essas comunidades também são reconhecidas pela culinária com base em produtos regionais, com destaque para a produção da farinha, carne de sol e frango caipira, cachaça, queijo, requeijão, pequi, biscoitos caseiros diversificados etc.

Para além dessas tradições e modos de fazer que tornam a cultura do norte de Minas singular, as comunidades quilombolas e os povos tradicionais preservam ainda festas importantes, que se repetem por diversos municípios da região. É o caso da celebração das Folias de Reis, a festa de São Gonçalo, a Romaria de Santo Antônio de Serra das Araras (Chapada Gaúcha), bem como as festas juninas e de outros santos católicos (Santo Antônio, São Pedro e São João).

Não menos importantes são as danças de roda, o batuque, a capoeira, a dança do carneiro e do tamanduá, além dos cultos e celebrações das religiões de matriz africana – como o candomblé e a umbanda (Marques, 2018).

---

<sup>3</sup> A comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata, situada na zona rural do município de São Francisco, foi tema da tese de Marques (2018).

Nessa medida, a implementação de ações de educação patrimonial pode contribuir para uma maior conscientização por parte do governo e da sociedade sobre a conservação do patrimônio material e imaterial produzido pelos povos tradicionais.

Ademais, o processo de ocupação da região norte de Minas Gerais resultou na formação de uma identidade cultural singular, por meio da fusão de diferentes modos de vida, saberes e fazeres dos diversos povos que se inseriram no território norte mineiro ao longo do tempo.

As tradições e festividades acompanharam a história regional e ainda se fazem presentes em eventos, como as festas Juninas, as festas de Agosto, as festas do Rosário e do Divino, que se tornaram parte integrante desse tecido cultural, envolvendo a participação ativa de grupos folclóricos, como Catopês, Marujos, Caboclinhos, Grupo Folclórico Banzé, Saruê, entre outros (Carneiro, 2005).

Para além dos bens materiais e imateriais que se vinculam às comunidades tradicionais, que influenciaram a definição das particularidades culturais na mesorregião do norte de Minas Gerais, a região se destacou por ser propícia ao garimpo e à criação de gado. Esse potencial, principalmente, devido à ligação com o rio São Francisco, contribuíram para que, desde o processo de colonização do Brasil, o norte de Minas Gerais fosse visto como estratégico para ocupação (Leite; Pereira, 2008).

Tal situação demandou a abertura de caminhos que interligaram o norte de Minas Gerais à Bahia e à região central de Minas, tornando-se uma região de referência na criação de gado e, conseqüentemente, contribuindo para a consolidação dos povoados e edificação de bens culturais que têm relevância histórica na região.

Nesse contexto, é que se consolida Montes Claros, que, segundo Pereira (2007), teve origem em torno da Fazenda de Montes Claros, conhecida como "Passagem", por estar situada no trajeto entre as regiões de garimpo e de criação de gado. A partir dessa fazenda, iniciou-se o processo de ocupação da área. Sua localização estratégica foi um dos fatores que contribuiu para seu posterior desenvolvimento e destaque regional.

Dentro dessa perspectiva, Reis (2013) considera que a Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, construída em 1769 e atualmente designada

como Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, representou um marco importante para o desenvolvimento urbano de Montes Claros.

Gradualmente, o entorno da capela foi ocupado por fazendeiros, e o largo em sua frente, hoje transformado na praça Dr. Chaves (ou popularmente conhecida como praça da Matriz), tornou-se um ponto central para encontros e sociabilidade dos moradores, além de ser palco para festas religiosas e culturais.

Essa área ainda preserva edificações históricas que testemunham a evolução da cidade. Entre elas, destaca-se o Casarão da Fafil, onde está localizado o Museu Regional do Norte de Minas, reconhecido pelo papel fundamental de salvaguardar o patrimônio histórico e cultural da região norte de Minas Gerais.

Diante desse processo de ocupação, a antiga fazenda cedeu espaço para o surgimento de um povoado, que evoluiu ao longo do tempo para arraial, vila e, finalmente, cidade, à medida que a intensificação desse processo se fazia notar. Sobre esse contexto, Leite (2011) ressalta que, desde sua condição de vila, Montes Claros já se destacava regionalmente, não apenas em termos econômicos e político-administrativos, mas também culturalmente. Foi nesse período que as primeiras manifestações de sua identidade cultural emergiram, notavelmente, através das apresentações do grupo Catopês, em 1839 (Queiroz, 2005).

Em linhas gerais, pode-se dizer que as diversas referências culturais presentes em Montes Claros exemplificam a riqueza material e imaterial do Norte de Minas Gerais que se vincula tanto ao seu processo de desenvolvimento urbano, que resultou no surgimento de marcos como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José e o Casarão da Fafil, como também, com a representatividade dos povos tradicionais presentes em meio rural, como quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros, que tornam a região tão singular.

De forma semelhante, a cidade de Mato Verde também apresenta patrimônio cultural representativo do norte de Minas Gerais. Na praça Capitão Possidônio da Silveira, antiga praça dos Tropeiros, encontram-se casarões onde se arranchavam e se comercializavam mercadorias. O local pode ser considerado o primeiro ponto comercial da cidade de Mato Verde.

Os becos e vielas ainda existentes no tecido urbano podem ser considerados reminiscências de um período em que os deslocamentos eram

feitos a cavalo ou a pé, sem a necessidade de se abrirem vias largas e asfaltadas para o tráfego de veículos automotores. Nesse contexto, é importante observar que o desenvolvimento urbano da cidade de Mato Verde, no decorrer do século XX, transferiu a importância comercial para o entorno da Igreja Matriz de Santo Antônio.

Nessa perspectiva, a realização de atividades de educação patrimonial no norte de Minas Gerais desempenha papel crucial para maior conscientização dos moradores sobre a relevância desses bens culturais e necessidade de adoção de medidas de conservação e difusão de conhecimento para gerações futuras.

#### **4 Experiências didáticas de educação patrimonial em Montes Claros/MG e Mato Verde/MG**

A educação patrimonial é um dos caminhos para que se possa atingir o objetivo de formar cidadãos críticos a partir da promoção de um novo olhar sobre os espaços da cidade, contribuindo para a valorização e a preservação do passado que se encontra materializado na paisagem. Ou seja, ela permite um novo olhar sobre o patrimônio material que integra o espaço vivido e percebido da população e todas as suas significações, percepções e a sua localização na paisagem urbana.

Partindo do pressuposto de que o espaço pode ser considerado o acúmulo desigual de tempos, como observado por Santos (2004), a observação, descrição e a realização de uma análise crítica acerca do patrimônio material ou imaterial surge como um importante recurso para a compreensão dos processos e fenômenos que ocorrem na paisagem.

As experiências didáticas foram conduzidas, especificamente, em Mato Verde/MG, com 65 estudantes de educação básica, do 8º ano do ensino fundamental anos finais, de uma escola estadual do município, e em Montes Claros/MG, com estudantes de graduação do 9º período em arquitetura e urbanismo de uma faculdade.

Elas exemplificam como os princípios de educação patrimonial, tanto na educação básica quanto na educação superior, desempenham um papel importante para que os estudantes se tornem cidadãos mais engajados e

conscientes da necessidade de preservação da identidade cultural e da história do meio onde vivem, contribuindo para formação pessoal de forma integral.

Em relação à experiência conduzida em Montes Claros/MG, o trabalho de educação patrimonial com estudantes do curso de arquitetura e urbanismo de uma faculdade teve como objetivo principal o reconhecimento dos bens culturais representativos da cidade enquanto formadores da memória coletiva.

Para tanto, utilizou-se da metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de inventários participativos, que possibilita o reconhecimento e enquadramento de bens culturais materiais e imateriais em diversas categorias. Assim, a comunidade desempenha um papel ativo na construção dessas referências, nesse caso, incentivada por meio de processos pedagógicos conduzidos nas instituições de ensino.

Dessa forma, por meio das etapas metodológicas de observação, registro, exploração e apropriação, procura-se compreender, não só as características específicas do bem cultural conforme categorias em que se enquadra, como também sua importância para a cultura e na sociedade (Grumberg; Horta; Monteiro, 1996).

Como método de ensino conduzido a partir dessa experiência, os estudantes foram divididos em equipes, em que cada qual ficou responsável pela identificação de dois bens representativos do município, divididos nas categorias<sup>4</sup> de bens materiais – arqueológico, etnográfico e paisagístico e histórico – e imateriais – celebrações, formas de expressão e lugares.

A livre escolha, pelos estudantes, dos bens culturais a serem detalhados fez parte da abordagem pedagógica, uma vez que contribui para promover autonomia no processo de seleção dos bens considerados relevantes. Isso ajuda na construção do conhecimento de forma crítica, com posterior reflexão sobre a importância da conservação desses bens, além de fortalecer o vínculo afetivo com as referências culturais do local em que vivem.

---

<sup>4</sup> Como exemplos, foram escolhidos como bens culturais pelos estudantes do turno matutino, na categoria formas de expressão, o grupo de dança Zabelê e o grupos de quadrilha Arraiá do Pequizá; na categoria celebrações, As Festas de Agosto e Folias de Reis; na categoria arqueológico, etnográfico e paisagístico, o Parque Florestal Sapucaia Serra do Mel e o Parque Estadual da Lapa Grande; na categoria histórico, a Igreja da Matriz e a Catedral Metropolitana; na categoria lugares, a Igreja do Morrinhos e o Mercado Municipal.

Sobre o processo metodológico, o trabalho foi desenvolvido no decorrer do semestre, com aulas expositivas dialogadas que abordaram conceitos de patrimônio cultural, instrumentos de proteção como a educação patrimonial, inventário e tombamento, além da legislação e mecanismos urbanísticos aplicáveis nas esferas nacional, estadual e municipal.

Essas discussões teóricas possibilitaram o amadurecimento do conhecimento dos estudantes no campo do patrimônio, que serviram de embasamento para a atividade mais prática de pesquisa de campo sobre os bens culturais. Além disso, a condução de uma visita de campo guiada pelos professores Brenda Melo Bernardes e Amaro Sérgio Marques ao Corredor Cultural de Montes Claros contribuiu para o conhecimento dos estudantes de aspectos relevantes do histórico da cidade, da evolução urbana e da identificação de edificações significativas para a pesquisa que ainda se mantém na região.

Após a visita de campo, a realização de debate em sala de aula, com discussão alimentada pela leitura de artigos relacionados com os aspectos apresentados, serviu de base para o desenvolvimento das cartilhas dos bens culturais pelos estudantes.

Foram definidas três etapas de apresentação de resultados parciais e final da pesquisa. A primeira etapa compreendeu a discussão sobre os critérios de análise do Iphan e a seleção dos bens culturais para a pesquisa. Nessa fase, foi dada ênfase à análise do histórico de Montes Claros e à justificativa para a escolha dos bens culturais, com apresentação de suas principais características, relevância para os moradores. Incentivou-se a realização de conversas informais com pessoas que possuem vínculo com o bem cultural pesquisado – e a reflexão sobre a categoria na qual o bem se enquadra, bem como sua importância cultural.

A segunda etapa consistiu na análise das características dos bens selecionados, sendo pontuados diversos aspectos a serem analisados de acordo com a categoria na qual se classifica, seja como bem material ou imaterial.

Como exemplo, na categoria de bem material histórico, foi solicitada a análise de aspectos como uso do imóvel (residência, comércio etc.), situação de propriedade e ocupação, análise do entorno (que envolve edificações vizinhas, visadas), registro fotográfico da edificação e do seu entorno e, se possível, de

sua evolução/transformação ao longo dos anos, informações técnicas (plantas, cortes e fachadas), descrição de suas características estilísticas e construtivas, análise do estado de conservação e de diretrizes para sua preservação, análise da proteção legal existente e da instância (federal, estadual ou municipal), caso haja, elaboração de diretrizes de educação patrimonial como síntese e reflexão sobre a pesquisa realizada.



Figura 2 - Exemplo de cartilha produzida por estudantes na categoria Histórico  
Fonte: Elaboração própria, 2024.

Por fim, a terceira etapa consistiu na organização do material para apresentação final, incluindo o *design* do encarte, diagramação das informações, inserção de fotos e mapeamentos.

Para os estudantes, a realização desse trabalho teve fundamental importância para maior valorização da cultura, do patrimônio e fortalecimento da identidade individual e coletiva com Montes Claros, bem como para que se sintam como protagonistas e importantes agentes nas ações de difusão da memória e conservação das tradições e valor cultural dos bens existentes.

A partir do material coletado por meio de pesquisa, visitas de campo, conversas informais com os moradores e registro fotográfico, foi feita a análise crítica do bem sobre seus fatores de degradação/limitações para sua preservação, demandas de medidas de conservação e de elaboração de diretrizes de educação patrimonial para sua perpetuação na história. O produto final foi a confecção de cartilhas para a difusão da sua importância na paisagem, na cultura e na memória coletiva de seus moradores.

Tal iniciativa tem como potencial, em perspectiva futura, a possibilidade de aplicabilidade dessa metodologia em outras instituições de ensino, bem como produção das cartilhas em larga escala para distribuição em escolas e espaços públicos.

Em relação aos bens que foram pesquisados pelos estudantes (Figura 3) destacam-se, no campo material, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, a Catedral de Nossa Senhora da Aparecida e, no campo imaterial, as Festas de Agosto.



Figura 3 - Bens culturais pesquisados em Montes Claros pelos estudantes  
Fonte: Elaboração própria, 2024.

Sobre as Festas de Agosto, as primeiras manifestações culturais são de procedência histórica. Existem registros de que a celebração dessa festividade teve início em 1839, época em que Montes Claros ainda era reconhecida como

vila, sendo elevada à categoria de cidade somente em 1857 (Leite; Pereira, 2008).

Vale ressaltar que as Festas de Agosto ainda são tradicionais na cidade, celebradas anualmente no mês de agosto, em homenagem a São Benedito, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Rosário. As apresentações folclóricas são realizadas pelos grupos de Catopês, Caboclinhos e Marujos e envolvem os ritos de passagem pelas ruas da cidade, levantamento de mastro, venda de comidas típicas e artesanatos (Oliveira, 2009).

Também vinculado ao período inicial de ocupação e construção da cidade de Montes Claros, a catedral de Nossa Senhora da Aparecida foi construída entre os anos de 1920 e 1950 para ser um marco na cidade. Erguida em um contexto marcado pela implantação da rede ferroviária, em 1926, que desempenharia um importante papel para impulsionar o comércio regional e extrarregional (Fonseca, 2010). Ela foi determinante para a transformação da base econômica agropecuária em industrial e para atração dos investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene (Leite, 2011).

Para a cidade que, atualmente, é reconhecida como polo regional, a catedral apresenta destaque na malha urbana de Montes Claros. Ressalta-se que tal destaque é atribuído tanto à tipologia verticalizada da catedral, em função das características neogóticas, como por consolidar, juntamente com outras edificações do seu entorno em estilo *art déco*, importante referência cultural da cidade.

A edificação passou por poucas intervenções no decorrer dos anos e foi tombada pelo Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros em 1999 (Montes Claros, 1999).

Por fim, ao contrário da catedral de Nossa Senhora da Aparecida, que teve suas características tipológicas preservadas, a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, popularmente conhecida como Igreja Matriz, passou, no decorrer dos anos, por diversas modificações que a descaracterizaram, modificando suas características originais de construção.

A igreja foi fundada em 1832, construída por encomenda do antigo dono da fazenda Montes Claros, o alferes José Lopes de Carvalho (Clayton, 2015). Impulsionou o processo de ocupação da região conformando, atualmente, um

conjunto de expressivo valor patrimonial constituído por mais de 10 edificações tombadas (Montes Claros, 2015).

Vale destacar que a Igreja da Matriz, que, originalmente, possuía feições coloniais, desde 1939, quando suas condições em ruínas motivaram as primeiras obras de reconstrução, passou por diversas reformas que alteraram significativamente sua composição formal e suas características estilísticas. Atualmente, a edificação apresenta características ecléticas, com forte influência do barroco mineiro e rococó, tendo passado por mais de seis reformas ao longo da história (Montes Claros, 1998).

Assim, de forma resumida, pode-se dizer que Montes Claros se destaca por concentrar expressivo patrimônio cultural, manifestado tanto em bens materiais, vinculados à história oficial da cidade, como aos bens imateriais, representativos da cultura popular e de povos tradicionais. Portanto, ela é singular e demanda iniciativas para proteção e perpetuação dessa memória (Figura 4).

Nessa perspectiva, vale destacar que ganham mais visibilidade os bens vinculados à história oficial da cidade, uma vez que refletem a visão de grupos hegemônicos e são reconhecidos por instituições como órgãos governamentais, museus e escolas. Ao mesmo tempo, os bens ligados à cultura popular e aos povos tradicionais representam narrativas e valores, muitas vezes, negligenciados na política patrimonial, apesar de representarem a identidade, os costumes e as narrativas de grupos sociais importantes que estabelecem forte vínculo com o território onde se inserem.



Figura 4 - Cartilhas produzidas pelos estudantes sobre os bens culturais de Montes Claros  
 Fonte: Elaboração própria, 2024.

A experiência didática conduzida em Mato Verde e sua relevância para o ensino de educação patrimonial estão vinculadas não só à compreensão e ao conhecimento pelos estudantes do espaço em que vivem, mas também com o entendimento dos processos que culminam na transformação da paisagem, composta por elementos do presente e por elementos de um passado, que, em algum momento, foi o presente.

Nesse sentido, a educação patrimonial se mostra de grande relevância para o ensino em sala de aula, uma vez que permite a compreensão das transformações ocorridas no espaço e dos processos identitários e culturais que se construíram, no caso em meio urbano, ao longo do tempo.

Para atingir tal objetivo, optou-se pela proposta de adoção do modelo metodológico de Grunberg (2007), para ser trabalhada com os estudantes da educação básica e que pode ser dividida em quatro momentos (observação, registro, exploração e apropriação). A finalidade é contribuir para o desenvolvimento de trabalhos que visem a promover o conhecimento e a valorização do patrimônio.

Os resultados da aplicação metodológica acima proporcionaram o desenvolvimento de atividades que levaram os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso patrimônio cultural. Em complemento ao modelo utilizado, foram realizadas aulas

expositivas acerca do tema, nas quais foi trabalhado a questão do patrimônio cultural material.

A proposta foi dividida em três momentos: em um primeiro momento, foi proposta uma abordagem interdisciplinar em sala de aula, de cunho teórico e documental, sobre o patrimônio cultural material no Brasil, no estado de Minas Gerais e na cidade de Mato Verde. O objetivo era que os estudantes pudessem entender os processos que levaram não só à fundação da cidade de Mato Verde (sítio, posição geográfica etc.), mas à importância de se preservarem os bens materiais que atestam os diferentes períodos de evolução urbana, cultural e arquitetônica na história da cidade.

Foram escolhidas as turmas do 8º ano do ensino fundamental, uma vez que os estudantes dessa série já haviam estudado acerca dos processos geohistóricos que culminaram na formação das cidades do Brasil.

O segundo momento contemplou as práticas de campo, em que foi proporcionado aos estudantes ver e vivenciar *in loco* tudo que foi exposto em sala de aula, com base na observação, no registro e na exploração da cidade, do seu patrimônio e das suas múltiplas paisagens. Nesse contexto, deve-se compreender que a cidade é um importante campo para práticas pedagógicas e, como observado por Soares (2009), a educação patrimonial se configura como um importante instrumento no processo de releitura do patrimônio. Através dela, torna-se possível compreender as múltiplas significações que um bem cultural oferece.

Para atingir tal objetivo, elaborou-se um percurso partindo da praça Capitão Possidônio Silveira, antiga praça dos Tropeiros (Figura 5) e local de relevância cultural material. Segue pelas principais vias que ainda conservam em sua paisagem bens materiais de importância histórica e arquitetônica para a cidade e que fazem parte do espaço vivido de grande parte da população matoverdense. Finda-se na praça Santo Antônio, que se configura como a principal centralidade do espaço urbano de Mato Verde na atualidade.

O terceiro momento foi a apresentação do resultado de tudo que foi apreendido pelos estudantes no primeiro e, principalmente, no segundo momento para toda a comunidade, uma vez que o conhecimento produzido não deve ficar restrito apenas ao ambiente escolar, e, sim, extrapolar os muros, proporcionando a toda comunidade a compreensão e o entendimento dos

processos e da importância de se valorizar a paisagem que os cerca e integram seu cotidiano.

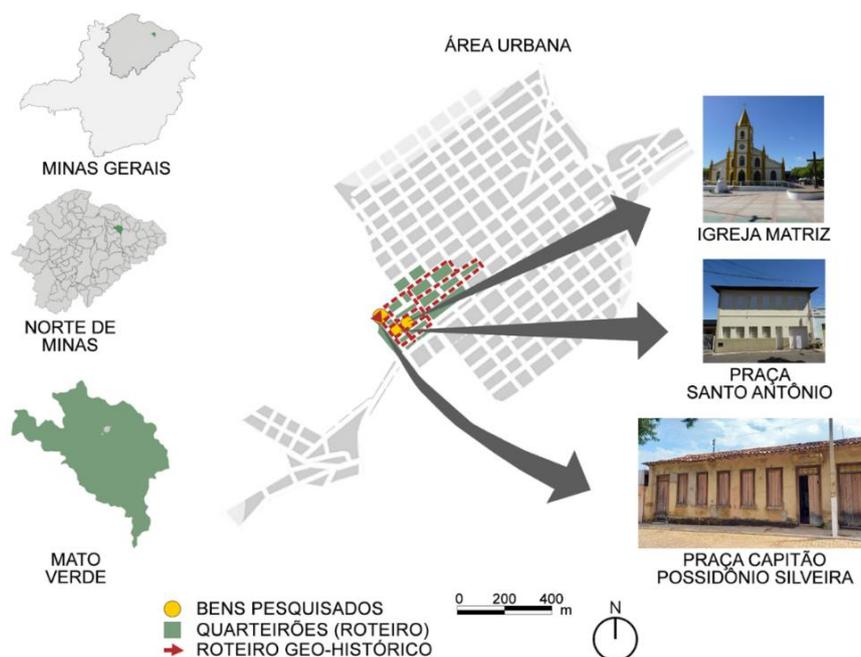


Figura 5 – Bens culturais pesquisados pelos estudantes em Mato Verde/MG  
Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nessa etapa, os resultados obtidos foram apresentados em formato de pequenas palestras expositivas e murais de desenhos, mapas mentais e fotografias feitas pelos estudantes ao longo do percurso, por cerca de uma hora e meia. Buscou-se, através dos registros visuais, mostrar o que foi aprendido pelo estudante e a sua observação, percepção e análise a respeito do patrimônio material de Mato Verde. O processo avaliativo foi realizado de forma somativa, após o cumprimento de todas as etapas e das apresentações e exposições realizadas pelos discentes.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, através da educação patrimonial em sala de aula e no roteiro realizado, o conhecimento e a valorização em relação ao patrimônio e os processos de formação da cidade de Mato Verde contemplaram não só os estudantes da educação básica, mas a população em geral que, em muitos casos, desconhece a importância dos bens culturais materiais e a necessidade da sua proteção e preservação do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Mato Verde.

Assim, as ações de educação patrimonial que resultaram na elaboração de cartilhas, mapas mentais, murais e na realização de trabalhos de campo contribuem para o reconhecimento da diversidade cultural das cidades em questão, incluindo tanto bens materiais e imateriais, vinculados à história oficial, à cultura popular e aos povos tradicionais.

É possível, dessa maneira, não só o aprofundamento dos conceitos vinculados à cultura e ao patrimônio, mas também promoverem o desenvolvimento de um senso crítico sobre a inclusão e reconhecimento das diversas categorias de bens patrimoniais.

Embora a história da política patrimonial no Brasil tenha demonstrado um alargamento desses conceitos, na prática, o reconhecimento da diversidade dos grupos sociais que sustentam essa riqueza cultural ainda é tímido. É essencial que as iniciativas de educação patrimonial continuem a ampliar essa percepção, promovendo um maior envolvimento e valorização das diferentes manifestações culturais nas suas diferentes esferas.

#### **4 Considerações finais**

As experiências didáticas apresentadas mostram a importância de desenvolvimento de metodologias no ambiente escolar que contribuam para melhor assimilação por estudantes dos princípios de educação patrimonial. Do mesmo modo colaboram para a difusão desse conhecimento para a população de modo geral, para legitimação de ações de proteção de bens culturais e para fortalecimento de vínculo afetivo e memória coletiva relacionados com o patrimônio cultural.

Isso posto, é importante apontar novamente sobre a necessidade da preservação do patrimônio material e imaterial presente na mesorregião do norte de Minas – aqui representado pelo recorte territorial das cidades de Montes Claros e Mato Verde.

Nesse contexto, a mesorregião do norte de Minas, conforme apontado no artigo, concentra valor cultural expressivo, presente não só nas edificações remanescentes de estilos em voga da época de construção das cidades, como também em edificações singelas que constituem exemplares de técnicas

construtivas tradicionais, com destaque para o uso da arquitetura de terra em povos tradicionais.

Além disso, notam-se práticas culturais distintas no norte de Minas que representam a riqueza imaterial da região, enraizados no cotidiano da população residente e de povos tradicionais, manifestados em celebrações, formas de expressão e modos de fazer.

Apesar da singularidade desse patrimônio, a ação do tempo, a ausência de políticas públicas direcionadas para a conservação e salvaguarda, ou mesmo a falta de recursos e de interesse por parte do poder público, têm colocado a questão da preservação de elementos artísticos e culturais, bem como da cultura popular, em risco.

Vale destacar que se torna fundamental, no contexto das cidades em análise, e de modo mais amplo, na mesorregião do norte de Minas Gerais, incorporar políticas públicas que contribuam não apenas para o reconhecimento e a preservação dos bens culturais vinculados a história oficial dos lugares, mas também para dar visibilidade e oferecer incentivos financeiros à conservação de tradições relacionadas à cultura popular e aos povos tradicionais. Por permanecerem invisibilizados, essas populações apresentam maior dificuldade para a captação de recursos para a conservação de seus bens culturais.

Essas políticas públicas devem incluir ações que promovam o engajamento das comunidades na legitimação e sensibilização sobre a necessidade dos proteção de bens culturais. Isso pode envolver a criação de fóruns de discussão, conselhos comunitários e a realização de palestras e atividades educativas em escolas, praças, parques, enfatizando ambientes que se aproximam mais da vivência cotidiana do que espaços formais, que são menos frequentados, como museus.

Desse modo, acreditando no papel da educação enquanto agente de transformação da sociedade, as iniciativas de educação patrimonial apresentadas foram desenvolvidas para os estudantes dos ensinos básico e superior, no sentido de sensibilizá-los para a preservação do patrimônio presente em suas cidades.

Para os estudantes, essas atividades pedagógicas tiveram papel fundamental para despertar o sentimento de pertencimento entre os participantes, contribuindo para o maior vínculo emocional com suas raízes e

tradições. Assim, as atividades de educação patrimonial são essenciais na promoção de transformações significativas na relação dos participantes com a cultura e patrimônio.

Esse envolvimento não apenas enriquece a experiência dos estudantes, mas também pode incentivá-los a se engajar em atividades comunitárias vinculadas à cultura e ao patrimônio, aumentando sua participação em eventos culturais e despertando o interesse pela mobilização em defesa dos bens culturais.

O desenvolvimento de atividades com a educação básica e ensino superior, como foram abordados no artigo, mostram que a cultura e patrimônio devem ser incorporados no processo educacional em diversas faixas etárias. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo seu sentido de pertencimento e promovendo maior consciência sobre a importância de preservação de suas identidades culturais.

Os produtos e resultados gerados, tais como as cartilhas e os debates relacionados com as visitas de campo, mostram que a abordagem sobre educação patrimonial vai além do cumprimento de escopo das disciplinas envolvidas no ambiente acadêmico. Ela desempenha papel fundamental na promoção de engajamento, sensibilização, senso de pertencimento e responsabilidade dos estudantes com o patrimônio cultural, que influenciam diretamente na preservação da memória coletiva das cidades onde residem.

Assim, em uma perspectiva futura, as discussões e debates gerados poderão reverberar no cotidiano dos estudantes, professores e comunidade escolar, no sentido do reconhecimento e valorização dos elementos da cultura de cada cidade.

Apesar das experiências didáticas apresentadas constituírem importantes iniciativas para a preservação do patrimônio cultural no norte de Minas, entende-se que existem inúmeros desafios para que tais iniciativas tenham repercussão além do ambiente escolar. Dentre eles, pode-se mencionar as demandas de maior compromisso dos órgãos de proteção nas diferentes instâncias, de governantes e da sociedade civil, de modo geral, na promoção do patrimônio cultural das cidades com viés multidisciplinar, interescolar e colaborativo.

Além disso, abre a possibilidade de difusão das ações de educação patrimonial para além de ambientes formais, como em praças, parques e outros

espaços públicos, com objetivo de que tenham maior alcance e impacto entre os diferentes segmentos da sociedade civil.

Em resumo, espera-se que mais ações de educação patrimonial se multipliquem nessa região, para que possamos garantir a longevidade dos elementos artísticos e culturais, para a presente geração e para as que nos sucederão.

## Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, M. de F. B. Identidade regional norte mineira, a cultura sertaneja. *Revista Cerrados (Unimontes)*, v. 3, p. 97-109, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576963574008>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CEDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Relação das comunidades negras quilombolas em Minas Gerais. 2022. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf>. Acesso: 03 out. 2024.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Edições 70; Grupo Almedina, 2014.

CLAYTON, A. *Montes Claros: arte, tradição e fé*. Montes Claros: Secretaria de Cultura, 2015.

EUGÊNIO, G.; FRANÇA, B. Desafios que as pessoas nos colocam: notas sobre patrimônio imaterial e salvaguarda a partir da patrimonialização das folias em Minas Gerais. *Cadernos de Campo*, v. 28, n. 1, p. 129-144, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v28i1p129-144. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/145425>. Acesso em: 23 fev. 2024.

FLORÊNCIO, S. R. *et al. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FONSECA, L. S. *Planejamento urbano: uma análise da configuração do espaço da cidade de Montes Claros-MG*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2010.

GRUNBERG, E. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

GRUNBERG, E.; HORTA, M. de L. P.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico da educação patrimonial*. 1996. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf). Acesso em: 12 abr. 2024.

GUIAGERAIS. Mesorregiões. Disponível em:

<https://www.guiagerais.com.br/minas-gerais/mesorregioes/>. Acesso em: 06 out. 2024.

LEITE, M. E. L. *Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. *Metamorfose do espaço intraurbano de Montes Claros/MG*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008.

MARQUES, A. S. *A produção do território e moradia no Quilombo Bom Jardim da Prata*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MENDES, C. C. Rede urbana, território e desenvolvimento regional. *Boletim Regional, urbano e ambiental*, n.3, p.67-75, dez. 2009.

MONTES CLAROS. Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros. *Dossiê de tombamento da catedral Nossa Senhora Aparecida*. Montes Claros: Comphac, 1999.

MONTES CLAROS. Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros. *Dossiê de tombamento do conjunto urbanístico da praça da Matriz*. Montes Claros: Comphac, 1998.

MONTES CLAROS. Prefeitura de Montes Claros. *Mapas: distribuição dos patrimônios tombados - Montes Claros Minas Gerais*. Montes Claros: Prefeitura de Montes Claros, 2015.

NASCIMENTO, E. L.; GÁ, L. C. (Orgs.) *Adinkra: sabedoria em símbolos africanos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Cobogó: Ipeafro, 2022.

OLIVEIRA, S. R. de. *Léxico, cultura, tradição e modernidade: um retrato sociolinguístico do congado Montes-Clarense*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/15354/1/dis.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PELEGRINI, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, v.26, n.51, p.115-140, 2006.

PEREIRA, A. C. *Ações de educação patrimonial realizadas pelo Iepha-MG: entre os anos de 2005 a 2010*. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

PEREIRA, A. M. *Cidade média e região: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

- PEREIRA, M. A. Múltiplos olhares sobre a região norte de Minas. *Revista Cerrados*, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/issue/view/27>. Acesso: 20 fev. 2024.
- PORTA, P. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil : diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010*. Brasília, DF : Iphan/Monumenta, 2012.
- QUEIROZ, L. R. S. *Performance musical nos Ternos de Catopês de Montes Claros*. 2005. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- REIS, F. L. C. *Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e (s) lugar (es) de memória (s) em Montes Claros, MG -1980 a 2012*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- SANTOS, M. *A cidade como centro de região: definição e métodos de avaliação da centralidade*. Salvador: Imprensa Oficial, 1959.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SOARES, A. L. R. A educação patrimonial serve a quem? *In*. ZANON, E. R.; BRANCO, P. M. C.; MAGALHÃES, L. H. (Orgs.). *A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, região norte do Paraná e sul do país*. Londrina: EdUniFil, 2009.
- SOLÉ, J. M. B.; PEIXOTO, E. R. Arte e cidade nas escolas do Distrito Federal. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. 6., Brasília, 2021. *Anais ...* Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de Brasília, 2021. p. 55-76.